

INDICAÇÃO Nº ____/2026

A Vereadora que a presente subscreve, depois de observar as normas regimentais, **INDICA** ao Excelentíssimo Senhor Chefe do Poder Executivo Municipal, através dos órgãos competentes da Administração Pública, que seja realizado estudo técnico e pedagógico visando à implementação de conteúdos e/ou componente curricular voltado à Educação Étnico-Racial e à valorização das culturas afro-brasileiras e dos povos originários na rede municipal de ensino de Macaé.

Justificativa:

A presente indicação tem como objetivo fomentar a adoção de políticas educacionais que promovam o reconhecimento, a valorização e o respeito à diversidade étnico-racial, contribuindo para a formação cidadã dos estudantes da rede municipal de ensino.

A Constituição Federal assegura a educação como direito de todos e dever do Estado, devendo esta ser orientada pelos princípios da igualdade, da dignidade da pessoa humana e da promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça ou quaisquer outras formas de discriminação.

Nesse contexto, as Leis Federais nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 já estabelecem a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nas instituições de ensino, sendo fundamental que o Município fortaleça e amplie a efetividade dessas diretrizes no âmbito da rede pública municipal.

A iniciativa também encontra respaldo em experiências exitosas de outros municípios brasileiros, como o caso de Araruama (RJ), que recentemente avançou na institucionalização da temática em sua rede municipal de ensino, demonstrando a relevância e a atualidade do tema no cenário educacional.

Ademais, é fundamental destacar a importância da formação continuada dos profissionais da educação para a efetiva implementação da temática proposta. A abordagem da educação étnico-racial e das culturas afro-brasileiras e dos povos originários exige preparo pedagógico específico, sensibilidade cultural e atualização constante, de modo a garantir que os conteúdos sejam trabalhados de forma adequada, responsável e alinhada às diretrizes educacionais vigentes.

Nesse sentido, a capacitação dos docentes, por meio de cursos, oficinas, seminários e outras ações formativas, contribui diretamente para a qualidade do ensino, fortalecendo a prática pedagógica e assegurando que a temática seja desenvolvida de forma transversal, crítica e construtiva no ambiente escolar.

Importante destacar que a presente indicação não impõe modelo rígido, mas propõe a realização de estudos técnicos e pedagógicos, respeitando a autonomia administrativa e educacional do Poder Executivo, para avaliar a melhor forma de implementação da temática, seja por meio de componente curricular específico, projetos interdisciplinares, atividades complementares ou outras estratégias pedagógicas adequadas à realidade local.

Dessa forma, a medida visa contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, plural e consciente, promovendo desde a infância o respeito às diferenças e o reconhecimento das diversas matrizes que compõem a formação do povo brasileiro.

Diante do exposto, e considerando a relevância social e educacional da matéria, solicitamos a atenção do Poder Executivo para a presente indicação

Sala das Sessões, 23 de março de 2026.

Leandra Lopes

Vereadora-autora